

POR UMA GEOGRAFIA DOS PAÍSES AFRICANOS: A FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO PARTIDO DE MÉTODO E O CASO DE GANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Kauê Lopes dos Santos¹

RESUMO

Haja vista as representações generalistas e caricatas sobre o continente africano que são produzidas, há décadas, pela indústria cultural e pelos meios de comunicação dos países ocidentais, cabe à ciência geográfica a tarefa de estudar os territórios africanos e apresentá-los ao mundo em suas complexidades, considerando aí a particularidade dos arranjos historicamente forjados entre as forças produtivas e as relações de produção, nas diferentes sociedades e espaços geográficos do continente. Diante dessa necessidade, este artigo apresenta o conceito de formação socioespacial – desenvolvido por Milton Santos na década de 1970 – como uma possibilidade de construir uma “Geografia dos países africanos”. O conceito em questão também é capaz de servir como um partido de método, de modo que o artigo também apresenta um percurso investigativo exploratório sobre a formação socioespacial de Gana, considerada aqui como um estudo de caso. Conclui-se que a formação socioespacial é um conceito capaz de promover uma interpretação complexa dos territórios constitutivos do continente africano, auxiliando na desconstrução de representações pejorativas amplamente difundidas. A instrumentalização do conceito pode ser de grande valia não apenas para a internacionalização da Geografia Brasileira, como também para a ampliação da difusão dos conhecimentos sobre os países africanos, conhecimentos esses que contribuem para a consolidação dos conteúdos ensinados nas escolas do país e que são aderentes ao cumprimento da Lei 10.639, de 2003.

Palavras-Chave: formação socioespacial; continente africano; Gana.

THROUGH A GEOGRAPHY OF AFRICAN COUNTRIES: SOCIO-SPATIAL FORMATION AS A METHOD AND THE CASE OF GHANA AT THE BEGINNING OF THE 21ST CENTURY

ABSTRACT

Given the generalist and caricatured representations of the African continent that have been produced for decades by the cultural industry and the media in Western countries, geographic science has the task of studying African territories and presenting them to the world in their complexities, considering the particularity of the historically forged arrangements between the productive forces and the relations of production in the continent's different societies and geographic spaces. Faced with this need, this article presents the concept of socio-spatial formation – developed by Milton Santos in the 1970s – as a possibility of building a "geography of African countries." The concept in question can also serve as a starting point for the method. Hence, the article also presents an exploratory, investigative path on Ghana's socio-spatial formation, considered a case study. It is concluded that socio-spatial formation is a concept capable of promoting a complex interpretation of the constitutive territories of the African continent, helping to deconstruct widespread pejorative representations. The instrumentalization of the concept can be of great value not only for the internationalization of Brazilian Geography but also for the expansion of the dissemination of knowledge about African countries, knowledge that contributes to the consolidation of the contents taught in the country's schools and that are adherent compliance with Law 10639 of 2003.

Keywords: socio-spatial formation; African continent; Ghana.

¹ Geógrafo e Doutor em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Atualmente é Professor Doutor no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG-UNICAMP) e Pesquisador Visitante do Latin American and Caribbean Centre da London School of Economics and Political Science (LACC-LSE). E-mail: kauels@unicamp.br

Introdução

Em outubro de 2015 entrava em cartaz nos cinemas de todo o mundo o filme “Bestas sem nação”, o terceiro longa-metragem dirigido pelo estadunidense Cary Fukunaga. Baseada em livro homônimo do autor nigeriano Uzodinma Iweala, a obra narra a história de Agu, um jovem que vivia com sua família em uma remota aldeia até ser capturado e aliciado por um grupo paramilitar com a eclosão de uma guerra civil. Entre a sua captura e o seu aliciamento como menino-soldado, Agu passa por sucessivas experiências de violência física e psicológica comuns em um contexto de guerra. A obra, que teve um orçamento de 6 milhões de dólares, foi produzida e distribuída pela *Netflix* e chegou a vencer o prêmio Marcello Mastroianni no Festival de Veneza no mesmo ano.

Em “Besta sem nação” não existe nenhuma inferência precisa sobre o território onde a trama se desenvolve. A presença predominante de atores negros em um *set* de aldeias e florestas tropicais leva a crer que a história aconteça em algum lugar da África ao Sul do Saara. Ao que tudo indica, nessa verdadeira “abstração continental”, pouco importa contar ao público onde a história transcorre de forma mais precisa, se na Nigéria, no Congo, em Ruanda, em Serra Leoa ou em qualquer um dos 54 países que compõem o continente.

Longe de ser uma prática restrita a obra de Fukunaga, o apagamento das particularidades naturais e sociais constitutivas dos territórios africanos – em nome de uma idealização da África como uma totalidade homogênea – tem se revelado como o *modus operandi* da indústria cultural dos países ocidentais quando esta se dedica a narrar histórias reais ou fictícias do continente em questão. Isso pode ser confirmado não apenas em filmes, mas também em seriados, desenhos animados, histórias em quadrinhos e livros que durante décadas optaram por não revelar as fronteiras políticas nem as múltiplas particularidades naturais, sociais, culturais e econômicas existentes nesse continente de 30 milhões de km² onde vivem mais de 1 bilhão de pessoas distribuídas por mais de cinquenta territórios. Verdadeiro constructo ideológico que se desenvolve a partir da colonização europeia, no final do século XIX, essa “África” (com aspas) ainda é alimentada no século XXI como uma espécie de conteúdo conceitual que se manifesta – não apenas pela indústria cultural, mas também pelos meios de comunicação – por meio de três representações principais (SANTOS, 2021).

A primeira delas é a “África como natureza selvagem”. Essa representação é um resquício das literaturas coloniais e é expressa por imagens de savanas, florestas, desertos, rios e lagos supostamente inexplorados, onde uma rica e diversificada fauna convive em harmonia com o meio. A figura humana nessas representações é praticamente inexistente ou surge discretamente integrada à paisagem, junto aos animais. É a África do Tarzan, do Fantasma e do Rei Leão.

A outra representação é a “África como cultura exótica”. Ela, por sua vez, diz respeito às práticas religiosas “estranhas”, aos hábitos alimentares “curiosos”, as danças “sensuais”, e as línguas e dialetos “impronunciáveis” para o universo latino e anglo-saxão. Essa África é povoada ainda por uma cultura material colorida expressa em roupas, joias e até mesmo na pintura de casas, as quais estão geralmente em aldeias e possuem o piso de terra batida, sem asfaltamento.

Por fim, tem-se a representação mais explorada: a “África como tragédia humana”. É a África representada no filme “Bestas sem Nação”. Ela seria, por sua vez, o produto de um ambiente político desequilibrado e instável, onde os Estados são governados por sujeitos corruptos, autoritários, violentos e os únicos responsáveis pela explosão de sangrentos conflitos. Soma-se a essa tragédia a disseminação de doenças como a AIDS e o ebola, anunciadas em dados estatísticos que raramente fazem inferências regionais. Há ainda a fome, que assola a vida de milhões em função das incontornáveis secas, produzidas pela supramencionada “natureza selvagem” ou pelas “técnicas predatórias” das diversas sociedades rurais.

Atento à essa representação, o antropólogo estadunidense James Ferguson assegura que “[...] quando nós ouvimos algo sobre a ‘África’ na atualidade, geralmente são utilizados os tons de problema e urgência. Nunca é apenas África, mas sempre a crise na África, os problemas da África, o fracasso da África, o desafio moral da África na ‘comunidade internacional’” (FERGUSON, 2006, p.2).

O filósofo camaronês Achille Mbembe, por sua vez, aprofunda ainda mais a discussão quando afirma que “não existe descrição da África que não envolva intenções destrutivas e mentirosas”. Para o autor, a África vista “como uma ideia, um conceito, tem servido historicamente, e continua servindo, como um polêmico argumento do desespero ocidental em estabelecer uma distinção do continente com o resto do mundo” (MBEMBE, 2001, p.2). O antropólogo congolês Kabengele Munanga, por sua vez, assegura que “[...] para os amadores de mapas geográficos, a África é essa coisa imensa e vaga, uma massa compacta no pé da Europa, um reservatório inesgotável de diversos minérios, de bananas, de amendoim e outras culturas exóticas” (MUNANGA, 1993, p.102).

A difusão dessas representações na contemporaneidade impõe à ciência geográfica a urgente tarefa de oferecer caminhos capazes de explicitar as complexidades dos espaços geográficos do Sul Global, em especial dos países africanos, no sentido de desconstruir as representações generalistas e caricatas frequentemente produzidas pela indústria cultural e pelos meios de comunicação. No Brasil, numerosos avanços podem ser verificados nos estudos africanos produzidos pelas ciências humanas e sociais, avanços esses induzidos pela promulgação da Lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas de todo país. Contudo, há ainda um vasto campo de investigação a ser percorrido.

Na Geografia Brasileira, em particular, desde a promulgação da lei, em 2003, até o ano de 2021, foram defendidas 45 dissertações e teses sobre o continente africano nos mais bem avaliados programas de pós-graduação das universidades públicas de todo o país. Esses estudos podem ser classificados em diversas subáreas da disciplina e foram defendidos nas seguintes instituições: seis (6) na Universidade de São Paulo (USP), 6 na Universidade Estadual Paulista em Presidente Prudente (UNESP PP), 6 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cinco (5) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), quatro (4) na Universidade Estadual Paulista em Rio Claro (UNESP RC), 4 na Universidade Federal de Goiás (UFG), três (3) na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 3 na Universidade Federal do Ceará (UFC), duas (2) na Universidade Federal do Paraná (UFPR), uma (1) na Universidade Federal Fluminense (UFF), 1 na Universidade de Brasília (UnB), 1 na Universidade Estadual de Maringá (UEM), 1 na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 1 na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e 1 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

No que diz respeito às áreas estudadas, 11,1% das dissertações e teses defendidas estudaram diferentes temáticas geográficas considerando a escala do continente africano. O restante se dedicou à análise de um país específico, como: África do Sul (2,2%), Gana (2,2%), Costa do Marfim (2,2%), Benin (2,2%), Somália (2,2%), Angola (4,4%), Cabo Verde (6,6%) e, por fim, Moçambique, que foi o território estudado por 66,6% das dissertações e teses defendidas pelos Programas de Pós-Graduação em Geografia no país. Diante desses dados, pode-se identificar um vasto campo para ser ainda explorado, haja vista que, dos 54 países africanos, apenas 8 foram estudados em profundidade nos trabalhos apresentados. Para além disso, a predominância do estudo de países africanos lusófonos (como Angola, Cabo Verde e Moçambique) – que é em grande medida o resultado bem-sucedidos dos programas de cooperação internacional na área da pesquisa no início do século XXI – reitera ainda a necessidade de levar as investigações científicas da Geografia para os demais países do continente.

Diante dos cenários apresentados, este artigo tem o objetivo de apontar para a “formação socioespacial” – conceito criado por Milton Santos na década de 1970 – como um caminho crível na construção de uma “Geografia dos países africanos”, considerando aí as especificidades dos territórios do continente. Justamente por atentar às formas como o modo de produção se materializa em diferentes sociedades, esse conceito permite reconhecer tanto características particulares que foram espaço-temporalmente forjadas em um determinado território, quanto características comuns entre países, as quais foram construídas ao longo de processos históricos de diferentes durações.

Para além desta introdução, o presente artigo conta com mais quatro seções, a saber: a sessão 2, à seguir, onde é realizada uma breve revisão da literatura acerca do conceito de “formação social” na obra do filósofo e sociólogo alemão Karl Marx para, em seguida, explicar como esse mesmo conceito foi absorvido e ressignificado pela ciência geográfica brasileira nos anos 1970, com a proposição de

“formação socioespacial” por Milton Santos; a seção 3, onde será apresentado um caminho de método para a instrumentalização do conceito de formação socioespacial, visando auxiliar as pesquisas estruturadas na análise de estudos de caso no continente; a seção 4, onde será apresentado um estudo sobre a formação socioespacial de Gana na atualidade e; a seção 5, na qual serão apresentadas as considerações finais deste artigo.

Revisão de literatura: da formação social à formação socioespacial

Em *Grundrisse*, obra publicada em 1858, Karl Marx utilizava pela primeira vez o conceito de “formação social” (*Gesellschaftsformation*, do original em alemão), ainda que o sentido do termo estivesse presente em seus trabalhos anteriores, como em “A ideologia alemã”, obra escrita em parceria com Friedrich Engels e publicada em 1846 (SERENI, 2013).

Em linhas gerais, o conceito permite uma compreensão das formas particulares com que uma determinada sociedade estabelece as combinações entre as suas forças produtivas e as suas relações de produção, de forma a garantir a sua base material. O termo “formação” implica na noção de que essas combinações só podem ser entendidas quando inseridas na dialética do processo histórico, de modo que elas não seriam atemporais, mas sim implicadas em dado contexto. Em outras palavras, pode-se entender a formação social como uma espécie de leitura empírica do conceito de modo de produção, este igualmente idealizado por Marx e que possui um caráter marcadamente abstrato.

Entendido como um sinônimo de “formação econômica e social” (*Ökonomische Gesellschaftsformation*) – termo expresso por Marx no prefácio da obra “Contribuição à crítica da economia política”, de 1859 – a formação social serviu como referência conceitual para diversos estudos produzidos no século XIX e ao longo de todo o século XX, como “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” (de Karl Marx, publicado em 1852), “Desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (de Vladimir Lênin, publicado em 1896), “História da Revolução Russa” (de Leon Trotsky, publicado em 1917), “A questão meridional” (de Antônio Gramsci, publicado em 1926), “Formação do Brasil Contemporâneo” (de Caio Prado Jr., publicado em 1942) e a “A dualidade básica da economia brasileira” (de Ignacio Rangel, publicado em 1953) (MAMIGONIAN, 1996; MACHADO, 2016). Muitos outros trabalhos poderiam ainda ser citados, os quais foram elaborados até a década de 1980, sobretudo por economistas, sociólogos e historiadores que se auto definiam, até então, como marxistas.

Os conceitos e categorias desenvolvidos por Marx e pelos marxistas chegaram com vigor na ciência geográfica na década de 1970 e foram combustível para a geração da chamada Geografia Crítica, movimento que ganha tónus com a publicação da célebre obra “A Geografia: isso serve, em primeiro

lugar, para fazer a guerra”, de Yves Lacoste, em 1976. Nesse movimento ocorreram numerosos esforços de absorção dos conceitos marxistas para a ciência geográfica, com destaque para a “formação socioespacial” que, derivada da “formação social”, é um conceito proposto por Milton Santos em seu artigo “A formação social como teoria e como método”, publicado originariamente em 1977 nesta mesma revista, o Boletim Paulista de Geografia. Na época, Santos reivindicava que o “espaço” também detinha um papel central para a interpretação acerca do desenvolvimento particular dos modos de produção em cada sociedade. O autor assegurava que:

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O ‘valor’ de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam [...]. Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS, 1977, p.87).

Assim, Santos argumenta que a interpretação da forma como um determinado modo de produção se materializa em uma dada sociedade – por meio dos arranjos que são historicamente estabelecidos entre as forças produtivas e as relações de produção – precisa, necessariamente, considerar o espaço como uma variável analítica.

O partido de método

A formação socioespacial é o conceito fundamental capaz de produzir aquilo que, neste artigo, será chamado de “Geografia dos países africanos”. Dentro dela, os estudos de caso se tornam a estratégia metodológica mais coerente para a compreensão dos arranjos estabelecidos entre as forças produtivas e as relações de produção em determinados territórios ao longo do processo histórico.

A análise qualitativa e quantitativa dos meios de produção – terra, matérias-primas, instrumentos, equipamentos e capital – e da força de trabalho exige uma investigação sobre as especificidades dos aspectos físico-naturais (geomorfológicos, pedológicos, climáticos, hidrográficos e botânicos), econômicos e demográficos da formação social. A análise das relações de produção exige, por sua vez, uma investigação centrada nas especificidades históricas (especialmente políticas e culturais) dessa mesma formação.

Essas duas análises são combinadas em uma terceira, que se dedica ao entendimento do que venha a ser o modo de produção em uma sociedade específica. A coleta de dados quantitativos e qualitativos deve ser feita em fontes primárias e secundárias. As primeiras podem envolver um conjunto variável de técnicas de trabalho de campo, com a aplicação de entrevistas (estruturadas, semiestruturadas e

abertas) ou questionários à população, ou representantes de instituições diversas (empresas, Estado etc.), descrição densa da paisagem e registros fotográficos, dentre outras. As segundas consistem em livros, artigos, leis, anuários estatísticos que podem auxiliar na construção do trabalho de campo e confirmar as informações coletadas *in loco*. Neste artigo, para fins de instrumentalização do conceito, Gana é apresentada como um breve estudo de caso.

Em linhas gerais, essa formação socioespacial se localiza na África Ocidental e possui uma extensão territorial de 238,533 km². O país é banhado pelo Oceano Atlântico em sua porção sul, e faz fronteira com a Costa do Marfim a oeste, Burkina Fasso à norte e Togo à leste. Gana possui um relevo composto majoritariamente por planícies e por baixos planaltos (sobretudo em sua porção centro-sul) e seu clima é predominantemente tropical, sendo mais seco no norte do país. A vegetação é caracterizada pela ocorrência de savanas no norte, florestas tropicais ao sul e vegetações litorâneas rasteiras no litoral. A população ganense está estimada em mais de 32,8 milhões de habitantes, pertencentes a diferentes sociedades, como os Akan, os Mole-Dagbon, os Ewe e os Ga-Dangme. Tendo alcançado a independência dos britânicos em 1957, a República de Gana atualmente é uma Democracia Constitucional que tem uma economia fortemente pautada na exportação de ouro, petróleo, cacau, bauxita e manganês (SANTOS, 2021).

Um estudo sobre Gana deve ser entendido sobre um estudo sobre Gana. Ele jamais pode ser objeto de generalizações no exercício de transferir determinadas características da formação socioespacial em questão para todo o continente. Contudo, um estudo sobre Gana pode servir para comparações com outras formações socioespaciais, comparações essas que podem apontar semelhanças, diferenças e uma rede de relações entre os países do continente.

A formação socioespacial de Gana como um estudo de caso

Dia 6 de março de 1957 é a data que marca o fim da colônia britânica da Costa do Ouro e o nascimento de Gana. Esse dia representa não apenas um marco histórico para os ganenses, mas para toda a população do continente africano que ainda se encontrava sob jugo das violências do imperialismo europeu. Na Praça da Estrela Negra, na região central de Acra, o filósofo e político Kwame Nkrumah anunciava ao mundo a independência de seu território. Disse ele:

Finalmente, a batalha terminou! E assim Gana, seu amado país, está livre para sempre. E, mais uma vez, eu quero aproveitar a oportunidade para agradecer aos chefes e ao povo deste país, aos jovens, aos fazendeiros, às mulheres que tão nobremente lutaram e venceram esta batalha. Também quero agradecer aos valentes ex-militares que tanto cooperaram comigo nesta poderosa tarefa de libertar nosso país do domínio estrangeiro e do imperialismo. E como aponte... Deixei bem claro que de agora em diante — hoje! — devemos mudar nossas

atitudes, nossas mentes, devemos perceber que, de agora em diante, não somos mais um povo colonial, mas um povo livre e independente.

Mas também, como salientei, isso também envolve trabalho árduo. Esse novo africano está pronto para travar suas próprias batalhas e mostrar que, afinal, o negro é capaz de administrar seus próprios negócios. Vamos demonstrar ao mundo, às outras nações, que estamos preparados para lançar nossos próprios alicerces. Como disse na assembleia há poucos minutos, afirmei que vamos criar a nossa própria personalidade e identidade africanas. É a única maneira de mostrarmos ao mundo que estamos prontos para as nossas próprias batalhas. Mas, hoje, posso pedir a todos vocês que, neste grande dia, lembremos todos que nada no mundo pode ser feito a menos que tenha o propósito e o apoio de Deus. Vencemos a batalha e voltamos a nos dedicar... Nossa independência não tem sentido a menos que esteja ligada à libertação total da África.

Vamos agora, companheiros ganenses, vamos agora pedir a bênção de Deus e, por apenas dois segundos em seus milhares e milhões, quero pedir-lhes que parem apenas por um minuto e deem graças a Deus Todo-Poderoso por ter nos conduzido por nossas dificuldades, prisões, e sofrimento nos levaram ao fim de nossos problemas hoje.

Remodelando o destino de Gana, eu estou dependendo dos milhões do país, e dos chefes e do povo, para me ajudar a reformular o destino deste país. Estamos preparados para pegá-lo e torná-lo uma nação que será respeitada por todas as nações do mundo.

Sabemos que teremos um começo difícil, mas, novamente, estou contando com o seu apoio, estou contando com o seu trabalho árduo. Vendo você nisso... Não importa o quão longe meus olhos vão, eu posso ver que você está aqui aos milhões, e meu último aviso é o de que você deve permanecer firme atrás de nós para que possamos provar ao mundo que, quando o africano tem uma chance, ele pode mostrar ao mundo que é alguém! Nós despertamos. Não vamos dormir mais. Hoje, a partir de agora, há um novo africano no mundo! (NKRUMAH, 1967, s.p).

Com entusiasmo e força, Nkrumah comunicou ao mundo um novo momento pelo qual seu povo e seu território – agora denominado Gana, em referência ao império da África Ocidental estabelecido no século VIII da E.C. – estavam a passar, marcado pela conquista da liberdade e pela retomada da soberania territorial, instâncias sociais e políticas que haviam sido expropriadas de forma violenta pelas forças imperialistas da Grã-Bretanha desde fins do século XIX (SANTOS, 2022).

O discurso de Nkrumah chama a atenção por sua objetividade. Ao mesmo tempo em que agradece a população na luta anticolonial, ele também a conclama a participar da construção da jovem nação africana, uma nação verdadeiramente autônoma, soberana e trabalhadora, capaz de decidir o seu próprio futuro: “Nós vamos demonstrar ao mundo”, disse ele para a multidão que regozijava a independência recém-conquistada.

Entre os interesses internos e externos: arranjos e rearranjos das forças produtivas e das relações de produção em Gana na segunda metade do século XX.

A política econômica formulada por Kwame Nkrumah tinha como premissa a diversificação e a modernização das forças produtivas de Gana, forças produtivas essas que, até então, encontravam-

se fundamentalmente estruturadas na produção de *commodities*. Desse modo, o presidente adotou uma política de industrialização por substituição de importações que garantiu a criação de indústrias nacionais e a redução significativa nas importações de bens de consumo duráveis e não duráveis para o país. É fundamental considerar que essa política se consolidou por meio da importação de tecnologia (bens de capital) dos países do Norte Global e que ela era financiada por meio das divisas advindas das exportações das principais *commodities* do país no período, nomeadamente o cacau e o ouro (SANTOS, 2021).

A política de industrialização por substituição de importações representou um marco para grande parte das formações socioespaciais africanas na medida em que essas tornaram-se independentes do jugo colonial europeu em meados do século XX. Além da exportação de *commodities* agrícolas e minerais, o financiamento dessa política também contou – na maior parte dos casos, inclusive em Gana – com capitais externos advindos de empréstimos concedidos por organizações multilaterais (como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional) e por países como os Estados Unidos e a União Soviética. Visando viabilizar as políticas de industrialização, o economista malauí Thandika Mkandawire explica que:

O Estado deve nutrir indústrias nascentes com uma série de medidas: tarifas, capital barato, restrições quantitativas à concorrência de importação, subsídios para infraestrutura barata, serviços e treinamento de mão de obra (MKANDAWIRE, 1992, p.91).

Há um período entre 1960 e 1975 em que a indústria africana experimentou um crescimento médio de 7,5%, percentual semelhante ao observado em regiões como América Latina e Sudeste Asiático. A política de substituição de importações conduziu, de fato, à diversificação das forças produtivas (em particular com o desenvolvimento da indústria de bens intermédios e bens de consumo não duráveis) e à modernização das infraestruturas de energia (com a construção de hidroelétricas e termoelétricas) e de transporte (com a construção e manutenção de rodovias). Ao mesmo tempo, a maioria dos governos africanos ampliou os investimentos em educação e saúde, especialmente nas cidades, para melhorar as condições de vida da população e formar quadros técnicos e administrativos nacionais.

Na formação socioespacial de Gana, a presença do Estado na economia foi significativa neste período, de modo que os chamados Planos de Desenvolvimento, os planos Nkrumah – muito semelhantes aos planos elaborados na época pelos países socialistas na época – primavam pela modernização, diversificação e nacionalização das forças produtivas não apenas na indústria, conforme já mencionado, mas também em outros setores da economia: na agricultura, houve a criação de fazendas estatais; na mineração, houve a criação da *State Mining Corporation* (em 1961); no setor manufatureiro, foram criadas mais de 20 empresas públicas entre 1960 e 1965, principalmente no

ramo de bens de consumo não duráveis e bens intermediários; na construção, foi criada a *State Construction Corporation* (em 1962); no setor de energia, houve a inauguração da barragem de Akosombo (em 1965); em finanças e comércio, desenvolveram-se o *Ghana Commercial Bank*, a *State Insurance Corporation* (em 1962) e a *Ghanaian National Trading Corporation* (1961) (SANTOS, 2021). As empresas estatais ganense permanecem fortes até o final da década de 1970. Durante as décadas seguintes, no entanto, tanto Gana quanto as outras formações socioespaciais do continente experimentaram um processo de recessão econômica mundial inaugurado pelas crises do petróleo de 1973 e 1979 e aprofundado pelas restrições regulatórias impostas pelos credores internacionais, como o Banco Mundial e o FMI. Diante da crise instaurada em escala planetária, a queda dos preços das *commodities* no mercado externo reduziu consideravelmente as receitas dos Estados africanos. Isso levou à intensificação dos desequilíbrios orçamentários com o aumento do déficit público. A dívida externa – que era em média de 20% do PIB nos países africanos em meados da década de 1970 – subiu para cerca de 110% em meados da década de 1990 (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023).

Como consequência, o endividamento reduziu a capacidade de investimento dos governos, levando a uma queda significativa da produtividade nos setores primário e secundário, acompanhada de inflação, desemprego e câmbio supervalorizado (congelado), o que ampliou o mercado paralelo em muitos países. Além dessa situação problemática, a seca na região do Sahel, a disseminação de doenças infecciosas e a eclosão de guerras civis ampliaram o cenário de tragédia econômica, política e social em muitos países, embora tenha se manifestado em gradações diferentes em cada formação socioespacial.

Em Gana, o economista ganense Hutchful (2002) relata que o índice de manufatura caiu de 100 para 63,3 (entre 1970-1981), com uma utilização média da capacidade estimada em 24%. Além disso, as exportações de cacau – a principal *commodity* do país na época – caíram 40%, passando de 397,3 mil toneladas exportadas (em 1975) para 246,5 mil toneladas (em 1981). No início da década de 1980, os desequilíbrios orçamentários do país também chamaram a atenção: o aumento do déficit em 690% entre 1976 e 1982 e o aumento da despesa pública em 615% (no mesmo período), enquanto as receitas aumentaram apenas 56%. A inflação crescente – que atingiu o pico de 116% em 1977, mas com uma queda gradual para atingir 54% em 1980. A taxa de câmbio, fixada pelo governo em 1981, bem como a supervalorização da moeda, permitiram que o mercado paralelo ganhasse cada vez mais espaço (HUTCHFUL, 2002).

Em um esforço para atrair investimentos produtivos e liquidar a dívida externa do país, o então presidente Jerry John Rawlings – que governou Gana entre 1982 e 2001 – recorreu aos Planos de Ajuste Estrutural (PAE), coordenados pelo FMI e pelo Banco Mundial. Estruturados sob a égide do

neoliberalismo, esses planos previam principalmente: a redução dos gastos públicos; o congelamento de salários; o aumento das taxas de juros; a desvalorização da moeda; a privatização e a abertura do mercado à economia global (MKANDAWIRE, 1992; FOSU; ARYEETEEY, 2008; KILLICK, 2010).

Na medida em que o plano foi executado, gradualmente, a estabilidade orçamentária e monetária e a abertura dos mercados nacionais permitiram a entrada de capitais estrangeiros. Esse capital, contudo, estava condicionado às atividades de exportação, em especial à extração de recursos minerais e energéticos. Nesse sentido, os investimentos se concentraram – nas décadas de 1980 e 1990 – em infraestrutura de energia e transporte justamente para garantir uma maior fluidez – e redução dos custos de produção e circulação – das *commodities* que seriam vendidas no mercado internacional. Àquela altura, o projeto de industrialização por substituição de importações já havia sido abortado pela maioria dos países africanos, de modo que as suas economias se tornaram altamente dependentes da importação de manufaturados. Com exceção da África do Sul, do Egito e da Argélia – que conseguiram diversificar suas estruturas produtivas por meio da industrialização no médio e longo prazo – os territórios africanos passaram por uma desindustrialização gradual, de modo que, em 2005, a participação do continente na produção manufatureira global foi de apenas 0,3% (PAGE, 2012).

No início do século XXI, contudo, observou-se um processo de crescimento econômico da maior parte dos países africanos, processo esse que esteve ancorado principalmente no chamado *boom* das *commodities*, que foi impulsionado pela elevada demanda por matérias-primas por parte das indústrias da China e dos Tigres Asiáticos. Em média, o continente africano apresentou uma taxa de crescimento do PIB em torno de 4% entre 2001 e 2020, percentual acima da média mundial, de 3,3%. Nesse mesmo período, a taxa média de crescimento do PIB de Gana chegou aos 5,9%, tendo alcançado o pico de 14% em 2011 (WORLD BANK, 2023).

O modo de produção e o território: a cartografia econômica da formação socioespacial ganense no início do século XXI

Herança do período colonial, a produção de *commodities* minerais e agrícolas ainda desempenha um papel central na organização das forças produtivas de muitos países africanos, tendo ganho um peso ainda maior a partir das décadas de 1980 e 1990, quando as políticas nacional-desenvolvimentistas de industrialização por substituição de importações perderam tração diante da expansão incontestada do neoliberalismo em todo o continente.

Durante as primeiras décadas do século XXI, a elevação dos preços das *commodities* no mercado internacional contribuíram para o crescimento do PIB de muitos países africanos. Contudo, para além

de dados estatísticos macroeconômicos que dão substância aos discursos – ora otimistas, ora pessimistas – sobre a realidade dos países do continente, entende-se aqui que uma análise das formações socioespaciais africanas deve considerar a complexidade dos arranjos estabelecidos entre as forças produtivas e as relações de produção em cada país para além da produção/exploração de produtos agrícolas e minerais destinados à exportação. Ao atentar para a geração de riqueza na formação socioespacial ganense no ano de 2022 – que totalizou 75 bilhões de dólares – há a presença de diversas atividades que integram os diferentes setores da economia. No ano em questão, Gana ficou em 10º lugar entre as economias africanas, sendo os maiores PIB do continente provenientes da Nigéria, Egito e África do Sul, com 504 bilhões, 468 bilhões e 419 bilhões de dólares respectivamente (WORLD BANK, 2023).

Com uma participação de 18,3% na composição do PIB de Gana em 2017, as atividades que integram o setor primário da economia – notadamente a agricultura, a pecuária, a pesca e o extrativismo vegetal – vem reduzindo gradativamente a sua importância relativa na criação da riqueza total do país: esse percentual chegou a ser de 39,3% em 2001 e de 45,2% em 1960 (WORLD BANK, 2023). Ainda assim, as atividades do setor empregam 44,7% da população economicamente ativa do país – de um total de 12,4 milhões de pessoas –, relação que indica uma baixa produtividade da força de trabalho no setor em questão (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2023).

As atividades do setor primário ocorrem fundamentalmente nas áreas rurais do território, de modo que a agricultura desempenha um papel central na geração de riquezas, enquanto a pecuária, a pesca e o extrativismo vegetal são comparativamente menos importantes: em 2014, a agricultura representou 19,1% do PIB de Gana, enquanto a pecuária representou 1,3%, a pesca 1,2% e a extração de plantas 2,6% (GHANA STATISTICAL SERVICES, 2019).

A propriedade da terra, meio de produção fundamental para o setor, é garantida principalmente pelo direito consuetudinário (80%), sendo o restante (20%) garantido pelo mercado de terras controlado pelo Estado (SANTOS, 2021). No âmbito das atividades agrícolas, pode-se identificar dois tipos de cultivos praticados no país: a agricultura alimentar e a agricultura comercial. Enquanto a primeira se desenvolve por todo o território, mas especialmente nas regiões setentrionais (onde predomina o clima tropical mais seco, com a ocorrência de savanas), a última se desenvolve nas partes centro-meridionais (onde predomina um clima tropical mais úmido, com a ocorrência de florestas tropicais). A agricultura alimentar envolve a produção de diferentes tipos de cereais (como milho, milheto, sorgo e arroz), leguminosas (como feijão, feijão bambara, amendoim e soja), frutas (como mamão, abacate, manga, abacaxi, caju, melancia e banana), legumes (como berinjela, cebola, pimentão, quiabo, couve, alface e cenoura), além de raízes e tubérculos (como inhame, mandioca e batata-doce) (SANTOS, 2021). Fundamental para garantir a segurança alimentar do país, essa produção ocorre em pequenas

propriedades e se caracteriza por ser pouco mecanizada, com uso intensivo de mão de obra. Além disso, para garantir a fertilidade desse meio de produção, são utilizadas as técnicas de rotação de policultura e descanso do solo (HUTCHFUL, 2002; GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2013; SANTOS, 2021).

Já a agricultura comercial, por sua vez, destina-se principalmente ao mercado externo e é de grande importância para o país na medida em que garante a entrada de divisas. Esse tipo de agricultura conta com maior apoio do Estado – principalmente no acesso ao crédito para compra de insumos agrícolas – e se desenvolve em pequenas propriedades onde a mão-de-obra é intensiva. Os destaques incluem o cacau (principal *commodity* agrícola do país e produzido desde o período colonial), o café, o algodão, o tabaco, o óleo de palma e o karité. Antes de serem exportadas, todas essas produções passam por algum tipo de processamento, como secagem, fermentação etc., o que denota um determinado nível de mecanização do processo produtivo (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2013; SANTOS, 2021).

A pecuária, por outro lado, é fundamentalmente uma atividade de subsistência na formação socioespacial ganense. Nas zonas de floresta, a atividade é menos frequente do que nas zonas de savana devido à presença da mosca tsé-tsé: enquanto na primeira zona é possível encontrar rebanhos de ovinos, caprinos e aves, na última, destacam-se os mesmos rebanhos, além dos bovinos. A pesca também é praticada por toda formação socioespacial, com peixes sendo pescados não apenas ao longo dos 540 quilômetros de costa, mas também nos numerosos rios do país e ao longo dos 8.400 km² do Lago Volta. A atividade é feita de forma artesanal na maior parte do país, de modo que os pescadores usam redes e barcos de madeira de pequeno e médio porte (GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE, 2013; SANTOS, 2021).

Finalmente, a atividade da exploração madeireira está intimamente ligada às áreas florestais do território ganense. A extração de madeira indígena – como o mogno – foi uma importante atividade econômica antes e durante o período colonial, mas perdeu sua importância nas últimas décadas, tendo sido limitada pelo desenvolvimento de leis que visam controlar a exploração predatória do recurso (SANTOS, 2021).

As atividades econômicas nos setores secundário e terciário ocorrem principalmente nas áreas urbanas do país, apesar da mineração muitas vezes ocorrer nas áreas rurais. Enquanto o setor secundário empregava 14,4% da população economicamente ativa em 2017, o setor terciário empregava 40,9% da mesma (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2023). Ainda nesse cenário, estimou-se em 2015 que cerca de 90% da força de trabalho urbana do país trabalhava na informalidade (Ghana Statistical Service, 2019).

As atividades do setor secundário – composto principalmente pela mineração e pela manufatura, mas também pelas infraestruturas de eletricidade, água, esgoto e construção – representaram 24,5% do PIB de Gana em 2017. Historicamente, essas atividades foram profundamente impactadas pela recessão econômica da década de 1980, que abortou a política de substituição de importações: enquanto o setor representava 28,1% do PIB em 1965 e 23,5% em 1975, ele passou a representar apenas 6,54% em 1982 (GHANA STATISTICAL SERVICE, 2019). No entanto, entende-se a valorização do preço das commodities (especialmente minerais) no início do século XXI, somada a descoberta da reserva petrolífera *Jubilee Fields* em 2007 (e a sua exploração nos anos subsequentes) tenham desempenhado um papel fundamental no atual dinamismo desse setor para a economia do país.

Na atualidade, a indústria da mineração corresponde à mais rentável atividade econômica exercida pelas forças produtivas de Gana. Estatísticas recentes mostram a relevância dos recursos minerais para o país: em 2017, ouro, petróleo, manganês, bauxita e diamantes juntos representaram 66% do valor das exportações ganense. Vale ainda mencionar que, no território da formação socioespacial existem também reservas de argila, caulim, areia, calcário, ferro, quartzo e sal no país, mas que ainda são pouco exploradas comercialmente (VARLEY; WHITE, 1958; OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2023). As condições geológicas do território fazem com que recursos minerais como ouro, manganês, bauxita e diamantes sejam encontrados em antigas estruturas cristalinas, enquanto o petróleo é encontrado em bacias sedimentares *offshore* (SANTOS, 2021).

A manufatura é a atividade que mais foi impactada pela crise econômica do final da década de 1970 e pela posterior implementação das políticas neoliberais no país desde 1983. As empresas do subsetor estão concentradas nas regiões centro-sul do território, particularmente na Grande Accra (23,4%), Ashanti (19,6%) e no Oeste (19,6%) (GHANA STATISTICAL SERVICE, 2019). Estes fabricantes distinguem-se pela produção de bens de consumo não-duráveis, nomeadamente produtos alimentares (pães, biscoitos, sucos de fruta, refrigerantes, leite, iogurtes, farinha de banana, farinha de inhame e mandioca, chocolate, dentre outros), que são comercializados em escala nacional ou regional. As empresas, neste caso, operam em diferentes níveis de capitalização e é comum a utilização, em seus espaços de fábrica, de maquinários de segunda mão (principalmente de origem chinesa ou sul-coreana). Essas empresas empregam pouca mão de obra e frequentemente recorrem a força de trabalho familiar (SANTOS, 2021).

Por fim, o setor terciário da economia na formação socioespacial ganense envolve um número grande de atividades, tais como: comércio (varejo e atacado); reparação de objetos; hotéis e restaurantes; transporte e armazenamento; informação e comunicação; atividades financeiras e de seguros; atividades imobiliárias e de apoio administrativo; administração pública (e defesa nacional); e previdência social, educação, saúde, entre outros. É o setor que mais contribui para a formação do

PIB ganense, passando de 28,8% em 1965 para 57,2% em 2017 (GHANA STATISTICAL SERVICE, 2019; CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2023). Esse crescimento, entendidos por muitos como o “inchaço do setor terciário”, está ligado à progressiva urbanização do país e ao fato da população urbana ter sido apenas parcialmente absorvida pelas indústrias.

O comércio é uma das muitas atividades do setor terciário da economia. Em 2014, ele representou 6% do PIB de Gana, sendo seguido pelas atividades de transporte e armazenamento (11,7%) e atividades financeiras e de seguros (7,3%). Com menor participação no total da riqueza gerada no país, encontra-se também: administração pública, previdência e defesa (5,4% do PIB); hotéis e restaurantes (5%); atividades de serviço social e comunitário (3,7%); educação (3,6%); serviços, atividades imobiliárias e atividades de apoio administrativo e profissional (3,6%); e informação e comunicação (2,3%) (INSTITUTE OF STATISTICAL, SOCIAL AND ECONOMIC RESEARCH, 2015).

Assim como no caso da indústria manufatureira, o comércio é uma atividade que se realiza de diferentes formas nos espaços urbanos, de acordo com diferentes graus de capitalização e organização dos empreendimentos que atuam, na maioria das vezes, em condições de informalidade. De norte a sul do país, o comércio ocorre em shoppings, hipermercados e supermercados, bazares, mercados, feiras, barracas na beira de estrada e vendedores ambulantes.

Os shoppings, juntamente com hipermercados e supermercados, são estabelecimentos comerciais que atendem principalmente às classes alta e média nos principais centros urbanos do país, como Acra e Kumasi. Muitas vezes, essas empresas são também importadoras de mercadorias, suprindo assim a demanda do consumidor por produtos estrangeiros de todos os tipos. No supermercado Melcon, fundado em 1989 por um grupo de empresários ganenses de origem indiana, há uma presença considerável de produtos da Unilever, Coca-Cola, Nestlé, Pepsico, Johnson & Johnson, além de diversos produtos de empresas asiáticas (Emirados Árabes Unidos, Turquia, Tailândia, Vietnã, Coreia do Sul e China), da África do Sul, além de produtos nacionais. Outras redes de varejo controladas por empresários ganenses incluem A & C Shopping, Evergreen House and Supermarket, Kwatsons e Lulu Hypermarket. Entre as redes estrangeiras que operam no país, destacam-se a sul-africana Shoprite e a Woolworths (SANTOS, 2021).

Por outro lado, atendendo não só as classes médias, mas também a grande maioria da população ganense, estão os bazares, as feiras e o comércio ambulante. As atividades comerciais de diferentes naturezas se adensam nas áreas centrais de cidades como Accra, Kumasi, Takoradi e Tamale e os produtos vendidos são de todos os tipos.

Nos bazares – que são estabelecimentos comerciais muitas vezes localizados nas casas dos próprios vendedores – é possível encontrar diversos tipos de alimentos industrializados, tanto importados quanto nacionais (como macarrão, biscoito, refrigerante, sucos, água engarrafada dentre outros),

além de carnes, frutas e legumes. A organização do trabalho nesse tipo de comércio é frequentemente familiar e feminina (SANTOS, 2021).

As feiras e os mercados, também presentes nas cidades de toda a formação socioespacial, são importantes espaços que dão vazão, fundamentalmente, aos gêneros agrícolas e pecuários produzidos pelas diferentes regiões do país, mas não exclusivamente isso: há neles a comercialização de roupas, equipamentos elétricos e eletrônicos, dentro outros bens de consumo, duráveis e não duráveis. Tanto no Mercado Kejetia (localizado em Kumasi, região Ashanti) quanto no Mercado Makola (localizado em Acra), pode-se identificar uma divisão espacial em função do tipo de mercadoria vendida, como setores de carnes, frutas, cereais, roupas etc. Nesses espaços, é interessante notar a convivência entre lojas (como açougues), barracas de calçada e vendedores ambulantes, o que denota também as diferentes condições de capitalização dos empreendimentos comerciais no país (SANTOS, 2021).

Uma característica marcante da atividade comercial em Gana (e na maioria dos países da África Ocidental) é a divisão do trabalho por gênero: enquanto as mulheres são responsáveis pela comercialização dos produtos da agricultura e da indústria alimentícia, os homens comercializam os outros produtos manufaturados, como camisetas, calças jeans, sapatos e dispositivos elétricos e eletrônicos. Mesmo na região norte do país – onde a população é predominantemente islamizada – grande parte da atividade comercial recai sobre as mulheres, que comercializam não apenas em bazares e mercados, mas também de forma ambulante, nas ruas e estradas.

Como o comércio é uma das atividades mais comuns no país e equivalem a 55% dos estabelecimentos do setor terciário. Desses estabelecimentos, 29,2% estão localizados na região da Grande Accra, 24% na região Ashanti e 10,3% na região oeste. Tal como no caso das atividades do setor secundário, a maioria das atividades do setor terciário são microempresas (79%) ou pequenas empresas (18%). Além disso, cerca de 70% das empresas do setor são relativamente novas, tendo sido criadas entre 2005 e 2014 (GHANA STATISTICAL SERVICE, 2019).

Apesar da abrangência local de muitas atividades do setor, existem outras que são nitidamente internacionalizadas e capitalizadas. O geógrafo americano Richard Grant revela que as empresas imobiliárias e construtoras são geralmente empresas controladas por libaneses (13 empresas), seguidos de italianos (13 empresas), britânicos (12), chineses (10), alemães (9), indianos (7). e americanos (7) (GRANT, 2009). A presença estrangeira nas atividades financeiras também é notável, particularmente no caso do banco sul-africano *Standard Bank* e do banco togolês *Eco bank* (distribuídos pelo território, mas concentrados nas cidades de Accra, Tema, Kumasi e Takoradi); no entanto, o principal banco do país é o Banco Nacional de Gana (SANTOS, 2021).

Assim, dada essa cartografia econômica de Gana no início do século XXI, observa-se um adensamento de atividades produtivas voltadas à exportação – sobretudo agrícolas e minerais – concentradas nas porções centro-sul do território, mesma porção onde se adensam a maior parte das infraestruturas de transporte do país (rodovias, portos e aeroportos). As atividades produtivas, bem como as atividades de serviços voltadas ao mercado interno, à população ganense, estão difundidas por todo o território e se desenvolvem segundo diferentes níveis de capitalização. O arranjo particular das forças produtivas e das relações de produção na formação socioespacial ganense produziu, historicamente, desigualdades regionais, especialmente entre as porções norte e centro-sul do território. Mais uma vez, portanto, o modo de produção capitalista opera uma valorização desigual do espaço.

Considerações Finais

Elaborado por Milton Santos na década de 1970 a partir do conceito de formação social, de Karl Marx, o conceito de formação socioespacial entende o espaço como uma variável fundamental para o entendimento das formas com que o modo de produção se organiza nas diferentes sociedades do mundo ao longo do processo histórico.

O conceito, assim, também abre caminhos possíveis de investigação, na medida que a análise de formações socioespaciais pode ser construída a partir de estudos de estudos de caso, ou mesmo de análises comparadas entre estudos de caso, o que permite compreender as particularidades e as semelhanças existentes entre as diferentes sociedades do mundo e os seus territórios.

O conceito – e seu caminho de método – serve então como um poderoso instrumento da ciência geográfica brasileira na desconstrução das representações que a indústria cultural e os meios de comunicação no Ocidente produzem sobre o continente africano e na construção daquilo que, neste artigo, está sendo chamado de “Geografia dos países africanos”.

O caso da formação socioespacial de Gana, aqui brevemente apresentado, joga luz para os complexos arranjos estabelecidos entre as forças produtivas e as relações de produção ao longo de sua história que, por sua vez, encontra-se atrelada à processos históricos de múltiplas escalas geográficas e múltiplas durações. Em outras palavras, ainda que a formação socioespacial de Gana tenha uma sociedade e um espaço organizados de forma muito particular, essas organizações, por mais coesas que sejam são também atravessadas por variáveis externas, sejam guerras, crises econômicas, crises ambientais, valorização de preços nos mercados de *commodities*. O que interessa é questionar: como determinada formação socioespacial absorve essas variáveis externas? Em que medida essas variáveis impactam os arranjos internamente estabelecidos?

Já distanciados das representações generalistas e caricatas construídas pelo Ocidente, a tarefa que uma Geografia dos países africanos possui pela frente é garantir a difusão dos conhecimentos que produz. No Brasil, essa difusão deve se dar nos mais diferentes âmbitos da sociedade e deve contribuir na produção de conteúdos a serem ensinados nas escolas, nos seus diferentes ciclos, alinhados às premissas da Lei 10.639, de 2003. Há ainda um vasto e desafiador caminho pela frente. Vamos a ele.

Referências

- CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **World Fact Book: Ghana, 2023**. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/gh.html>> Acesso em: 10 abr. 2023.
- FERGUSON, James. **Global Shadows: Africa in the neoliberal world order**. Duke; Londres: Duke University Press, 2006.
- FOSU, Augustin; ARYEETEEY Ernest. Ghana's post-independence economic growth: 1960-2000. In: ARYEETEEY, Ernest; KANBUR, Ravi (ed.). **The economy of Ghana: analytical perspectives on stability, growth & poverty**. Oxford: James Currey, 2008.
- GHANA MINISTRY OF FOOD AND AGRICULTURE. **Agriculture in Ghana: Facts and Figures (2012)**. 2013. Disponível em: <<http://mofa.gov.gh/site/wp-content/uploads/2014/02/ff.pdf>> Acessado em: 10 jan. 2023.
- GHANA STATISTICAL SERVICE. 2023. Disponível em: <<http://www.statsghana.gov.gh>> Acesso em: 10 jan. 2023.
- HUTCHFUL, Eboe. **Ghana's adjustment experience: the paradox of reform**. Oxford: James Currey, 2002.
- INSTITUTE OF STATISTICAL, SOCIAL AND ECONOMIC RESEARCH. Disponível em: <<http://www.isser.edu.gh>> Acesso em: 10 jul. 2023
- INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Data>> Acesso em 25 jul. 2023.
- KILLICK, Tony. **Development economic in action: a study of economic policies in Ghana**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2010.
- MACHADO, Thiago Adriano. Da formação social em Marx à formação socioespacial em Milton Santos: uma categoria geográfica para interpretar o Brasil? **GEOgraphia**, 18(38), 2016.
- MAMIGONIAN, Armen. A geografia e a formação social como teoria e como método. In: AUTORES. **Seminário Internacional: O Mundo do cidadão, Um Cidadão do Mundo**, USP, set. 1996.
- MBEMBE, Achille. **On the post colony**. Berkeley: University of California Press, 2001.

- MKANDAWIRE, Thandika. "30 years of African Independence: the economic experience". In: ANYANG' NYONG'O, Peter. **30 years of independence in Africa: the lost decades?** Nairobi: African Association of Political Science (AAPS), 1992.
- MUNANGA, Kabengele. "Trinta Anos de Processo de Independência". **Revista USP – Dossier Brasil/África**, Volume 18,1993, p.100-112.
- NKRUMAH, Kwame. **Axioms of Kwame Nkrumah**. Londres: Panaf, 1967.
- OBSERVATORY OF ECONOMIC COMPLEXITY. Disponível em: <<http://atlas.media.mit.edu/en/>> Acesso em: 26 abr. 2023.
- PAGE, John. Industry for Africa why? How?. In: ARYEETEEY, Ernest et al. (org.). **The Oxford Companion to the economics of Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 54, AGB, 1977, p.35-59.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. **Ouro por lixo: as inserções de Gana na divisão internacional do trabalho**. Rio de Janeiro: Pallas, 2021.
- SANTOS, Kauê Lopes dos. **Africano: uma introdução ao continente**. São Paulo: Record, 2022.
- SERENI, Emilio. De Marx a Lênin: a categoria de formação econômico-social. **Meridiano**, n. 2, 2013.
- VARLEY, William J. e WHITE, Henry P. **The geography of Ghana**. Londres; Nova Iorque: Longmans; Greens, 1958.
- WORLD BANK. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/ghana>> Acesso em: 20 ago. 2023.